

IBGE precisa aperfeiçoar pesquisa sobre números da segurança privada

Análise do órgão traz distorções e contrasta com resultados do levantamento feito pela Polícia Federal. Informação é importante na definição de políticas públicas

Jeferson Furlan Nazário
21 de janeiro de 2020

FOLHAPRESS/FOLHAPRESS



Vigilantes privados em frente a shopping center da cidade de São Paulo

Trabalhar com informação qualificada e precisa é fundamental para a sobrevivência de qualquer empresa. Também é de suma importância para os órgãos públicos que, a partir dos dados obtidos, possam desenvolver políticas adequadas às necessidades da população. Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem se destacado ao longo dos anos. No entanto, em algumas áreas em que há outras fontes de informações, é preciso que haja um cruzamento de dados para evitar distorções.

Isso é o que ocorre com a segurança privada. Considerar apenas os dados do IBGE ao se analisar o setor pode gerar um equívoco. As informações do instituto não levam em consideração as especificidades do segmento, tampouco os critérios estabelecidos pela legislação do setor.

Recentemente, com base nas informações do IBGE, foram publicadas informações segundo as quais, em 2017, o segmento de segurança privada possuiria mais de sete mil empresas. É um número completamente fora da realidade se consideradas as autorizações concedidas pela Polícia Federal (PF), órgão que regulamenta e fiscaliza o setor.

De acordo com a Lei 7.1023, de 1983, são consideradas empresas de segurança privada as companhias que atendem aos requisitos estabelecidos na legislação, o que inclui uma autorização oficial da PF. Logo, para o cálculo das empresas aptas a atuarem, a fonte de informação mais confiável é a própria Polícia Federal.

Desta forma, é preciso destacar que o número correto de empresas de vigilância e segurança privada no Brasil, em 2018, era 2.694. Mesmo se fossem consideradas as chamadas “empresas orgânicas”, ou seja, companhias que optam por não terceirizar o serviço e ter em seus quadros vigilantes próprios, o número total seria de 4.753.

Outro fator que pode ter contribuído para essa enorme diferença é a inclusão de empresas de segurança eletrônica. É preciso destacar que esse nicho de mercado não é regulamentado ainda, portanto, não está dentro das atividades permitidas e regulamentadas pela Lei 7.102.

Também é importante ressaltar ainda que a conta feita a partir dos dados do IBGE pode ter levado em conta o número de empresas registradas nas juntas comerciais - incluindo, assim, empresas clandestinas, que não tem autorização da PF e não respeitam a legislação, o que coloca em risco a vida da população.

Problema semelhante ocorreu na divulgação do número de vigilantes. Novamente, a discrepância salta aos olhos. Segundo dados do IBGE, em 2017, seriam 659.439 vigilantes atuando no segmento de segurança privada. No entanto, informações do sistema de registros da PF apontam que, somados os vigilantes das empresas privadas e os das empresas orgânicas, esse número era de 604.746 no ano passado.

Diante do exposto, algumas conclusões ficam evidenciadas. Dados referentes ao segmento de segurança privada não podem ser contabilizados sem se levar em consideração as especificidades da atividade estabelecidas por lei.

No que se refere ao número de vigilantes em exercício e quantitativo de empresas, a fonte mais segura e correta é a Polícia Federal.

Por fim, o mínimo que deve ser feito é o cruzamento de informações entre as fontes disponíveis. Esse procedimento possibilita a verificação das discrepâncias. Esse trabalho é feito, por exemplo, pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) no Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG). O levantamento trabalha informações da PF, IBGE, Ministério da Economia e Receita Federal, entre outros.

O ESSEG deve ficar ainda mais preciso a partir da próxima edição, isto porque a Fenavist fechou uma parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse trabalho em conjunto possibilitará uma análise ainda mais precisa dos dados, proporcionando mais informações às empresas e ao governo, que terá como desenvolver políticas de segurança pública com uma visão mais clara do papel e da importância da complementariedade entre as seguranças pública e privada.

Jeferson Furlan Nazário

Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist)

<https://backup.forumseguranca.org.br/economia-e-seguranca/-cg3es>

